

VÍCIOS INTELECTUAIS, VIRTUDES E INVESTIGAÇÃO

INTELLECTUAL VICES, VIRTUES, AND INQUIRY

FELIPE ROCHA L. SANTOS¹

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Brasil

frls.ba@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo propor uma definição de virtudes e vícios intelectuais relativos a uma investigação. Por investigação aqui entende-se qualquer busca que proporcione um produto epistêmico como por exemplo conhecimento ou entendimento. Para isso, faço uma análise da definição de virtudes e vícios oferecida por Quassim Cassam e discuto alguns problemas desta definição. Proponho que, ao contrário de Cassam e de Duncan Pritchard, a meta de uma investigação não é apenas conhecimento ou apenas entendimento. Em seguida, na parte final do artigo, proponho duas aplicações práticas a definição de virtudes e vícios intelectuais. A primeira eu descrevo como o uso da Internet pode proporcionar em nós mais vícios que virtudes intelectuais, e a segunda descrevo que na prática e pesquisa médica, ao que parece, também há mais vícios que virtudes intelectuais.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia dos vícios. Epistemologia das virtudes. Epistemologia da investigação. Investigação. Epistemologia aplicada.

ABSTRACT: *In this paper, I will propose a definition of intellectual virtues and vices relative to an inquiry. By inquiry, I mean any investigation that provides an epistemic product such as knowledge or understanding. For this goal, I make an analysis of the definition of virtues and vices offered by Quassim Cassam, and discuss some problems of his definition. I propose that, unlike Cassam and Duncan Pritchard, the goal of an inquiry is not just knowledge or just understanding. Then, in the final part of the article, I propose two practical applications of this definition of the intellectual virtues and vices. I describe how the use of the Internet can promote intellectual vices at the expense of virtues. I then describe how in medical practice and research, it seems, there are also more intellectual vices than there are virtues.*

KEYWORDS: *Vice epistemology. Virtue epistemology. Inquiry epistemology. Inquiry. applied epistemology.*

INTRODUÇÃO

Muito da investigação em epistemologia contemporânea foi concentrada em perguntas como “O que é conhecimento?” e “É possível saber algo (como por exemplo, que existe o mundo exterior)?”. Ou seja, muitos dos trabalhos focaram em questões sobre a definição do conhecimento, sobre a justificação e também

¹ Pesquisador pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

sobre os desafios céticos relacionados à possibilidade de ter conhecimento. E, dentro deste tipo de pesquisa, muitos dos exemplos são idealizados, já que buscamos as definições mais gerais e quando um caso específico não se adéqua (como por exemplo, casos estilo-Gettier relacionados a situações cotidianas),² os filósofos voltam a trabalhar para corrigir a definição e, assim, lidar com estes tipos de caso.

Este tipo de investigação filosófica é muito importante para ampliar o nosso conhecimento sobre a natureza intelectual humana e ainda há muito a ser feito dentro deste tipo de investigação epistemológica. Entretanto, parece deixar de fora parte de nossa vida intelectual, que, na prática, não é idealizada e muito menos parece ser coerente. Nos últimos anos, temos visto um aumento de atitudes intelectuais que parecem ir contra todas as previsões esperadas, como por exemplo, as eleições de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, ou mesmo a saída da Inglaterra da União Europeia (saída esta conhecida como Brexit). Estes eventos surpreenderam as expectativas e até o momento atual, o ano de 2018, ainda há muita especulação sobre o que causou tais decisões, já que supostamente, seria considerado irracional ou ilógico decidir por Trump ou pelo Brexit.³ Como a investigação epistemológica pode explicar estes casos, quando apenas buscamos definir conceitos como racionalidade, conhecimento e justificação, por exemplo?

Minha proposta para este artigo é partir para uma abordagem de investigação filosófica teórico-prática. Desde o ponto de vista teórico, irei propor uma definição de vícios e virtudes intelectuais relativa a uma investigação (“inquiry”)⁴ com objetivos puramente epistêmicos.⁵ Para isso, defenderei que a meta deste tipo de investigação nem sempre é o conhecimento, mas também pode ser outros produtos epistêmicos, como entendimento ou coerência. Com estas definições em mãos, irei propor a aplicação prática da mesma em dois casos reais, oferecendo assim um diagnóstico preliminar destes casos desde um ponto de vista

² Edmund Gettier é um filósofo que publicou um dos artigos mais importantes da epistemologia contemporânea (GETTIER, 1963), questionando a definição mais aceita na época de conhecimento como crença verdadeira justificada através de exemplos que demonstram que o conhecimento é incompatível com a sorte epistêmica. Para saber mais sobre sorte epistêmica, ver PRITCHARD (2005).

³ Aqui estou descrevendo bem a acusação popular de que seria irracional decidir por Trump, por exemplo, por conta do seu machismo e xenofobia explícitos em seu discurso. Do ponto de vista dos que acusavam o votar por Trump como irracional, se o objetivo de se eleger um presidente é eleger um que faça o melhor para o máximo de pessoas de sua nação, parece ser claramente incoerente eleger uma pessoa machista ou xenófoba. Entretanto, esta acusação popular de irracionalidade não implica irracionalidade de fato (dadas as diversas teorias de racionalidade existentes). Parece ser coerente desde o ponto de vista de uma pessoa machista que se o seu líder for machista, fará o melhor para o seu povo. Para este artigo, esta acusação popular é importante, visto que pretendo que minha análise clarifique mais este tipo de comportamento em nossa sociedade.

⁴ Neste artigo traduzirei o termo em inglês “Inquiry” por “Investigação”. Uma outra opção poderia ser traduzir por “inquérito”, mas como este termo vem carregado de uma conotação relativa a investigação policial e jurídica, decidi por traduzir por um termo mais amplo.

⁵ Na próxima seção definirei melhor sobre tipos de investigações, explicitando a diferença entre investigações com objetivos práticos e investigações com objetivos epistêmicos.

da epistemologia e sugerindo possíveis soluções para os problemas práticos que serão analisados.

I VÍCIOS E VIRTUDES INTELECTUAIS

Na literatura em epistemologia sobre virtudes intelectuais, há ao menos duas grandes correntes que buscam definir o que são as virtudes intelectuais: os confiabilistas e os responsabilistas. De maneira geral, para os confiabilistas, as virtudes intelectuais são aquelas habilidades cognitivas (como memória, visão, etc.) que são parte de um agente epistêmico e produzem confiavelmente crenças verdadeiras (e portanto, de acordo com o confiabilismo, conhecimento) (GRECO, 2010, p. 71; SOSA, 2015, p. 12). Para o confiabilista, o que importa são os fins, as consequências. Ou seja, o estado epistêmico produzido pelas habilidades cognitivas é o que define o que é uma virtude ou um vício intelectual, sendo que neste caso, eles estão interessados na crença verdadeira como produto epistêmico, como consequência do uso das habilidades cognitivas. Se um processo cognitivo não produz confiavelmente crenças verdadeira, então para o confiabilista, este processo cognitivo não é uma virtude intelectual (e nem mesmo uma habilidade cognitiva).

Já os responsabilistas, ao contrário de concentrarem-se em habilidades cognitivas e sua relação com a produção da verdade, concentram-se em traços de caráter que nos fazem pessoas excelentes. Assim, bons motivos são necessários para as virtudes. Ao contrário dos confiabilistas, traços de caráter que por alguma razão produzem crenças verdadeiras por sorte, desconectadas de bons motivos, não são virtudes, pois não revelam nada sobre o que valoramos e sobre o que nos importamos. Para alguns filósofos, a crença verdadeira também é fundamental para a definição de virtudes intelectuais, porém o que é mais central é justamente a motivação, ou seja, o interesse pela verdade. Assim, alguns exemplos de virtudes intelectuais são a coragem intelectual, autonomia e perseverança (ZAGZEBSKI, 1996, p. 159).

Neste artigo, irei diferir um pouco das noções confiabilistas e responsabilistas, visto que não tenho interesse em definir conhecimento ou definir virtudes e vícios em relação a um produto epistêmico ou a uma motivação pela busca da verdade. O que será central aqui é o que pode ser chamado de Epistemologia Investigativa (“Inquiry Epistemology”). Segundo Hookway, a preocupação principal de uma epistemologia investigativa é “explicar as avaliações que devemos ser capazes de fazer se quisermos realizar investigações de uma maneira responsável e de modo bem controlado” (1994, p. 212). Quassim Cassam, que também segue o projeto da epistemologia investigativa, descreve que:

Nesta concepção [de epistemologia], o foco de nossa vida epistêmica é a atividade de investigar [o que é] “a tentativa de descobrir como as coisas são, ampliar nosso conhecimento ao realizar investigações direcionadas a responder perguntas, e refinar nosso conhecimento por considerar questões sobre coisas que atualmente tomamos como verdadeiras” (CASSAM, 2016, p. 161).

Outros filósofos, como Ernest Sosa e Peter Klein também consideram que a preocupação central da epistemologia é a investigação. Sosa, por exemplo, define epistemologia como uma investigação filosófica sobre a natureza, condições e extensão do conhecimento humano (SOSA et al, 2008, ix). E Klein escreveu que a epistemologia continua sendo uma área vigorosa de investigação no coração da filosofia (KLEIN, 2005), indo um pouco além de Sosa, colocando a epistemologia investigativa como central para a filosofia. Sendo assim, como definir virtudes e vícios intelectuais desde uma perspectiva da epistemologia investigativa?

Para Cassam, dado a epistemologia investigativa, vícios intelectuais podem ser definidos como “traços de caráter que impedem uma investigação efetiva e responsável” (CASSAM, 2016, p. 164). E virtudes intelectuais, portanto, são traços de caráter que permitem uma investigação efetiva e responsável. Nesta definição de Cassam, há três aspectos que são bastante problemáticos e que podem ser expressos nas seguintes perguntas: (1) o que são traços de caráter (ou: existe algo como traços de caráter)? (2) O que é uma investigação efetiva? E (3) o que é uma investigação responsável? Sobre (1), aceitarei a ideia geral de traços de caráter intelectual como “um modo distintivo de buscar e avaliar evidências” (CASSAM, 2016, p. 164). Não discutirei sobre este tema nem sobre a possibilidade de existir ou não traços de caráter.⁶ Me concentrarei neste artigo na questão sobre o que faz com que uma investigação seja efetiva e responsável, aceitando também a ideia de responsabilidade (3) de Cassam.

Como Cassam define uma investigação efetiva? Para ele, uma investigação efetiva é uma investigação que conduz ao conhecimento (CASSAM, 2016, p. 166). Isso sugere que qualquer investigação que produz como resultado algo que não chega a ser conhecimento – como crença verdadeira, crença verdadeira justificada⁷ e assim por diante – não é uma investigação efetiva. E sobre investigação responsável, Cassam escreve que uma investigação responsável

é uma que é guiada pela evidencia e reconhece as obrigações que vem com o fato de ser um investigador. Isso inclui a obrigação de não ser negligente e de exercer cuidado e atenção durante a investigação do assunto em questão. Um investigador responsável possui uma certa atitude em relação ao empreendimento de investigar, sabe o que ele está fazendo e possui as habilidades necessárias. (CASSAM, 2016, p. 166).

Para demonstrar como se aplica sua definição, Cassam nos oferece o seguinte caso, que, a princípio, parece ser um caso muito comum em nosso cotidiano, a saber, a crença em teorias de conspiração:

⁶ Para saber mais sobre o ceticismo a respeito da possibilidade de traços de caráter, ver Alfano (2013).

⁷ Aqui sigo a tradição pós-Gettier de que uma crença verdadeira justificada já não pode ser considerada conhecimento, dado que que, como demonstrou Gettier (1963), esta maneira de definir conhecimento não dá conta dos casos que envolve sorte epistêmica.

Oliver possui uma obsessão pouco sadia com o 9/11 [ataque às torres gêmeas em Nova Iorque]. Ele gasta muito de seu tempo lendo sobre o que ele chama de ‘conspiração do 9/11’ e ele se considera como um perito no campo de estudos do 9/11. Ele acredita que [P] os ataques do 11 de setembro não foram realizados pela Al-Qaeda e o colapso das torres do World Trade Center foi causado por explosivos colocados nos prédios por agentes do governo antecipadamente, ao invés do impacto causado pelos aviões e do incêndio resultante. No que diz respeito a Oliver, o colapso das torres gêmeas foi um trabalho interno e especificamente, resultado de uma demolição controlada (CASSAM, 2016, p. 162).

Dado que a proposição [P] não é somente falsa, mas parece ser facilmente demonstrável que é falsa, chegamos à conclusão de que, dado a definição de virtudes e vícios intelectuais de Cassam, Oliver é intelectualmente vicioso, já que sua investigação não é nem efetiva nem responsável.

O problema deste exemplo de Cassam é que ele assume que teorias da conspiração são teorias cujas proposições são falsas. Entretanto, parece ser incorreto afirmar que algo é falso somente porque é uma teoria da conspiração.⁸ Existem diversas teorias de conspiração que se mostraram verdadeiras após um período.⁹ Portanto, supondo que a proposição [P] seja de fato verdadeira, estaria sendo Oliver intelectualmente vicioso? Dado a definição de Cassam, a resposta é que sim. Isso porque, no caso de teorias da conspiração, existe um derrotador epistêmico disponível, mais especificamente um derrotador normativo.¹⁰ Derrotadores epistêmicos são proposições que impedem que minha crença verdadeira seja tomada como conhecimento. No caso específico de teorias da conspiração, temos os chamados derrotadores normativos, que, de acordo com Bernecker, funciona como “proposições que S deveria crer – independente de se S acredita ou não nela – dado a presença de certas evidências disponíveis” (BERNECKER, 2010, p. 110). Ou seja, se eu formo a crença verdadeira de que o presidente dos Estados Unidos foi assassinado por seu próprio guarda-costas, mas todos os meios de comunicação informam que foi um assassinato causado por um desconhecido, e demonstram esta tese por meio do testemunho de *experts* e outras supostas evidências, então a proposição S “o presidente foi assassinado por um desconhecido” é um derrotador normativo para a minha crença verdadeira de que o presidente foi assassinado pelo seu próprio guarda-costas, e portanto, a minha crença verdadeira não pode ter o estatuto de conhecimento.

⁸ De fato, Cassam em outro texto (CASSAM, 2018) descreve que teorias da conspiração não são necessariamente falsas ou injustificadas. Entretanto, ele apenas diz que as teorias da conspiração injustificadas são aquelas sem evidências adequadas e portanto, implausíveis. Mesmo que Cassam ainda assim aceite que teorias da conspiração possam ser verdadeiras, me parece que de qualquer modo ele assume uma certa implicação pejorativa, que, de acordo com Dentith (2015, p. 31), parece ser a norma na literatura acadêmica. Dito isto, o argumento que ofereço funciona adequadamente, creio, contra todos os que definem teorias da conspiração desde modo pejorativo. Agradeço ao revisor por chamar atenção a este ponto.

⁹ Para uma análise mais detalhada sobre o termo “teoria da conspiração” e como este termo foi introduzido nos Estados Unidos, ver deHaven-Smith (2014).

¹⁰ Para uma discussão mais geral sobre derrotadores epistêmicos, ver Sudduth (2017) e Dentith (2014).

Dado que derrotadores normativos derrotam nosso conhecimento, parece ser bastante improvável que qualquer investigação que envolva teorias da conspiração que por acaso são verdadeiras seja efetiva, dado que em geral, as teorias de conspiração são tomadas e vendidas como falsa pelos meios de propagação de informação mais populares, como os meios de comunicação, comunidades científicas, etc. Mesmo sabendo que falar de teorias de conspiração é falar de um tema controverso, o fato é que a definição de Cassam já exclui de antemão qualquer possibilidade de investigação efetiva para este tipo de investigação, o que parece ser uma deficiência desta forma de definir virtudes e vícios intelectuais. Desse modo, uma possível forma de ajustar a definição de Cassam para dar conta de casos como estes é abrindo mão da ideia de que somente o conhecimento pode ser a meta da investigação.

2 METAS DA INVESTIGAÇÃO

Além do problema anterior, podemos analisar um outro problema na definição de Cassam. Como descrito anteriormente, para que uma investigação seja efetiva, ela deve conduzir ao conhecimento. E dado que conhecimento é incompatível com sorte (como bem demonstrado por Gettier em 1963), então uma investigação efetiva deve ser incompatível com a sorte. Entretanto, isso não parece ser o que alguns filósofos, como Pritchard, defendem. Vejamos o seguinte caso:

Suponha que eu chegue em casa e veja minha casa incendiada e um monte de pessoas fora da minha casa vestidas como bombeiros. Suponha que eu pergunte a um deles o que aconteceu, e me dizem que a razão pela qual minha casa queimou foi que eu tinha uma fiação defeituosa. A pessoa de quem recebo as informações é genuinamente um bombeiro que sabe do que está falando. E eu escolho essa pessoa aleatoriamente para falar sobre a causa do incêndio. Agora imagine que quase todas as pessoas do lado de fora da minha casa estão apenas vestidas de bombeiros a caminho de uma festa de fantasia e eu acabei escolhendo o único bombeiro genuíno entre elas. Se eu tivesse falado com um dos bombeiros falsos, então eu teria escutado uma explicação falsa sobre por que minha casa havia sido incendiada (PRITCHARD, 2008, p. 334).

Pritchard usa este caso para demonstrar que enquanto conhecimento não é compatível com qualquer tipo de sorte, entendimento, por outro lado, é compatível com sorte ambiental.¹¹ Assim, de acordo com Cassam, não parece haver dúvidas de que neste caso, eu fui intelectualmente vicioso já que minha investigação não produziu conhecimento e portanto, não foi efetiva. Este diagnóstico não parece correto, ao menos é o que diz nossa intuição, pois parece que fui de alguma maneira exitoso por ter compreendido a explicação, mesmo não tendo obtido

¹¹ Sorte ambiental é o tipo de sorte existente em casos como o caso do Celeiro Falso (GOLDMAN, 1976, p. 772-73). Para uma descrição mais detalhadas sobre os tipos de sorte epistêmica, ver Pritchard (2005).

conhecimento. Para buscar um diagnóstico mais preciso, é necessário ver com mais detalhes como funcionam as investigações e qual é a meta de uma investigação.

Uma investigação é uma atividade ou projeto direcionada por uma meta, por um objetivo. Pode-se dizer que é uma atividade que possui ao menos dois tipos de motivação: uma motivação prática e uma motivação intelectual. Por exemplo, se eu quero saber como cozinhar uma sobremesa específica para poder exibir minhas habilidades culinárias para minha namorada, eu posso ir ao *Youtube* e encontrar um tutorial que me ensine a fazer esta sobremesa. Minha investigação aqui tem motivações puramente práticas. Mas se eu quero saber, por exemplo, porque todos os corpos são atraídos pela terra, eu terei que estudar sobre a força da gravidade. Nesse caso, esta investigação tem uma motivação puramente intelectual, puramente epistêmica. Talvez um grande número de nossas investigações tenha motivações mistas. Por exemplo, eu posso ter uma motivação intelectual de saber como funcionam os buracos negros no universo, sabendo também que por esta motivação intelectual, posso descobrir coisas novas e publicar livros e artigos científicos que me permitam alcançar uma posição acadêmica de prestígio. De qualquer modo, em casos assim, vemos que a motivação prática é uma consequência da motivação epistêmica genuína, sendo possível assim analisar a motivação epistêmica sem interferência da motivação prática.¹² A forma em que analisarei as investigações nesta seção é desde um ponto de vista da motivação puramente epistêmica, deixando de lado por este momento as motivações práticas.

Além das motivações, quando iniciamos uma investigação, parece que estamos assumindo certos compromissos. Christoph Kelp escreve que:

Há uma série de tipos de compromisso que se pode ter em relação à realização de um projeto em andamento. A natureza do compromisso depende de como ele surge. Por exemplo, R pode ter o desejo de correr uma maratona e assim formar a intenção de fazê-lo. Neste caso, direi que R tem um compromisso prático de correr uma maratona. R também pode ter prometido a alguém para correr uma maratona. Neste caso, R tem um compromisso moral de correr uma maratona. Ou R pode ter sido contratado para correr uma maratona, caso em que seu compromisso será contratual (KELP, 2014, p. 229).

Com base nesta ideia de que assumimos compromissos em atividades como a atividade de investigação, Kelp descreve as seguintes teses sobre qualquer tipo de projeto direcionada por uma meta (inclusive projetos de investigação):

Tese da Realização: O projeto P é considerado realizado por S em T se e somente se, em T, S atingiu O (o objetivo de P);

¹² Alguém poderia dizer que o conhecimento é um meio seguro para a boa ação, e portanto, a motivação prática seria anterior a motivação epistêmica. Acredito que isto não seria uma objeção ao que proponho aqui, que é a possibilidade de se analisar a motivação epistêmica sem interferência da motivação prática. Agradeço ao revisor por chamar atenção a este ponto.

Tese da Liberação do Compromisso: Se S realizou P em T, então, em T, S está liberado de todos os compromissos em relação a realização de P (KELP, 2014, p. 229).

Investigações com uma motivação puramente epistêmica pode nos levar a compromissos práticos, que é por exemplo, investigar até alcançar o conhecimento. Quando a investigação é realizada por completo, é possível dizer que somos liberados deste compromisso. Portanto, se isto é correto, podemos avaliar se uma investigação foi realizada por completo avaliando se o sujeito foi liberado de todos os compromissos relativos à investigação. Por isso, agora pergunto: qual é o objetivo de uma investigação? Como descrito anteriormente, Cassam defende que o objetivo, a meta de uma investigação é “o conhecimento”. Pritchard, por outro lado, defende que o objetivo real de uma investigação é “o entendimento” (PRITCHARD, 2008, p. 325). Qual dos dois está correto?

Vejam novamente o caso oferecido por Pritchard, dos bombeiros falsos. Se Kelp está correto, podemos avaliar se uma investigação foi realizada totalmente ao avaliar os compromissos de dada investigação e se o sujeito envolvido foi liberado de tais compromissos. No caso em questão, podemos estipular o seguinte: (1) digamos que eu quero apenas entender porque minha casa foi incendiada. Se a explicação satisfaz minha curiosidade, então estou liberado de todos os compromissos que tenho com esta investigação; (2) agora digamos que eu sou dono de uma empresa de construção, e eu construí tanto a minha casa como a de outras pessoas usando o mesmo projeto de engenharia e arquitetura. Me parece que tenho neste caso também um compromisso moral, já que sou responsável pelas outras casas que construí. E neste caso, possuindo entendimento sobre o que passou me ajuda a fazer as correções relevantes nas outras casas, me liberando assim do meu compromisso moral. Assim, (2) parece mostrar que Pritchard poderia estar correto e o entendimento é a meta da investigação.

Entretanto, Pritchard oferece uma variação de seu caso, ainda para argumentar que o entendimento é a meta da investigação. A variação é a seguinte:

Suponha que eu entenda por que minha casa se incendiou falando com um bombeiro genuíno. Suponha, além disso, que eu diga agora ao meu jovem filho por que nossa casa foi incendiada. Meu filho, ao contrário de mim, não tem ideia de como a fiação defeituosa pode causar um incêndio. No entanto, ele pode certamente vir a saber por que sua casa foi incendiada ao ser contato por alguém que ele conhece como informante confiável, como seu pai. Manifestamente, no entanto, ele não entende por que sua casa foi incendiada, uma vez que a compreensão neste contexto claramente exigiria alguma concepção de como a causa pretende provocar o efeito (PRITCHARD, 2008, p. 335).

Após descrever este caso, Pritchard prossegue:

Se o produto da investigação é apenas conhecimento, então devemos considerar o fato de meu filho saber por que sua casa foi incendiada como produto de uma investigação bem-sucedida. Claramente, no entanto, não consideramos isso como a conclusão de um inquérito bem-sucedido. De fato, a investigação parou cedo demais (PRITCHARD, 2008, p. 336).

Quero aqui argumentar contra esta conclusão de Pritchard apenas mostrando que é possível sim que neste caso, meu filho está liberado de todos os compromissos após saber porque minha casa foi incendiada, mesmo sem entendimento. E isso porque o conhecimento obtido foi o suficiente por satisfazer a sua motivação, sua curiosidade, e isso explica também porque ele não precisa continuar a investigação. Ou seja, isso demonstra que de certo modo Cassam está correto e que o conhecimento também pode ser a meta da investigação.

O que defendo aqui é que dependendo do contexto e do tipo de investigação, a meta da investigação pode ser ou o conhecimento, ou mesmo o entendimento.¹³ Mas não apenas estes dois produtos epistêmicos. Como descrito anteriormente, alguns filósofos defendem que a epistemologia é um tipo de investigação. Mas com qual objetivo? De acordo com Pritchard, a metodologia da epistemologia analítica é essencialmente a aplicação do processo de equilíbrio reflexivo a diferentes dados de entrada (intuição, dados das ciências cognitivas, dados da filosofia experimental, etc.) com a meta de obter uma teoria estável reflexiva (PRITCHARD, 2012, p. 99).¹⁴ Como argumentam alguns outros filósofos, como DePaul, o método do equilíbrio reflexivo não nos dá nenhuma garantia de que os investigadores irão obter crenças verdadeiras e nem mesmo garante direcionar os investigadores de modo confiável à verdade (DEPAUL, 1993). Por isso é possível construir teorias coerentes e estáveis em filosofia que são contraditórias entre si. Portanto, o objetivo de uma investigação epistemológica (e creio que podemos generalizar para toda investigação filosófica) não é conhecimento ou entendimento (ao menos não nas versões factivas de entendimento, como a de Pritchard), mas sim uma teoria coerente, estável, produto do método do equilíbrio reflexivo.

O que quero defender aqui, portanto, é que tanto Cassam como Pritchard estão parcialmente corretos, no sentido de que é possível que em alguns casos, o conhecimento é a meta da investigação, e em outros o entendimento é a meta da investigação, mas que isso não pode ser generalizado para todos os casos, e não são apenas estes dois estados epistêmicos que devem ser considerados a meta da investigação. A depender do contexto, a meta da investigação pode ser chegar a

¹³ Aqui assumo a tese de que entendimento e conhecimento são estados epistêmicos diferentes, ou seja, que entendimento não é redutível a conhecimento. Para uma discussão mais detalhada sobre os diversos tipos de entendimento (desde entendimento factual como entendimento não factual), ver SILVA FILHO, DAZZANI e SANTOS, 2013.

¹⁴ Não pretendo aqui discutir o método do equilíbrio reflexivo. Meu objetivo é argumentar que existem outras metas de investigação que não o conhecimento e o entendimento, como por exemplo, a construção de teorias estáveis e coerentes, que em geral é o que se busca com o método do equilíbrio reflexivo. Para saber mais sobre o equilíbrio reflexivo, ver DANIELS, 2018.

uma teoria reflexivamente estável e coerente. Assim, defendo um pluralismo quanto a metas de investigação. E, para saber se uma investigação de fato alcançou sua meta, dado o contexto da investigação, podemos avaliar se o sujeito foi liberado de todos os seus compromissos ou não quando produziu um estado epistêmico (conhecimento, entendimento ou coerência, mas não se limitando a estes). Se foi liberado de todos os seus compromissos, então a meta da investigação foi alcançada e podemos assim dizer que a investigação foi efetiva.

Na seção seguinte, quero sugerir duas aplicações práticas desta definição de virtudes e vícios intelectuais como traços de caráter que promovem ou impedem uma investigação responsável e efetiva. Com os dois casos que irei descrever, pretendo defender que é possível dar um diagnóstico desde uma perspectiva epistêmica sobre os mesmos e que este diagnóstico nos ajuda a compreender melhor nossa vida intelectual a partir de um ponto de vista menos idealizado e mais aplicado ao nosso cotidiano. E, compreendendo melhor nossa vida intelectual, é possível também identificar possíveis soluções para que assim, evitemos uma vida intelectual mais viciosa que virtuosa.

3 APLICAÇÃO PRÁTICA: VÍCIOS INTELECTUAIS NA VIDA ORDINÁRIA

3.1 INTERNET E POLÍTICA

O primeiro caso prático que desejo analisar é sobre como o uso da Internet, no contexto de informação política, pode estar promovendo mais vícios intelectuais que virtudes. Para compreender melhor este caso, faz-se necessário compreender um pouco mais da arquitetura informacional no qual a Internet é construída. Por Internet aqui quero me referir apenas à *World Wide Web*¹⁵ (*www*) e um tipo de aplicação específica, que são as redes sociais. A Internet e as redes sociais são construídas por algoritmos que podem ser atualmente considerados os melhores sistemas de predição existentes no mundo. E isso é possível dado a quantidade de dados que eles recolhem sobre nós. Quando usamos nossos telefones celulares para buscar algo na Internet, os algoritmos recolhem informações sobre onde nós estamos neste momento, como está o clima, que horas são, que palavras estou usando, com quem estou, o que eu desejo, e assim por diante. E eles usam esta informação e cruzam com informações que eles recolhem mesmo quando não estou usando o telefone celular, já que os telefones armazenam informações sobre meus movimentos e meus hábitos, como por exemplo, quantas vezes fui à academia de ginástica e quantas vezes fui ao cinema.

Com toda esta informação, os algoritmos constroem o que é conhecido como Filtro-Bolha.¹⁶ Estes filtros nos alimentam com informações personalizadas que satisfazem nossos desejos. O mesmo acontece com os algoritmos de redes sociais como o Facebook. No Facebook, o mural exibe as informações de acordo

¹⁵ A web (*www*) é apenas uma das diversas aplicações da Internet (apesar de ser a mais popular). Entre outras aplicações da Internet estão o *mIRC*, o *FTP* e até mesmo a *Deep Web*.

¹⁶ Em Santos (2017) se encontra com mais detalhes uma descrição dos fenômenos de filtro-bolha, estudos em psicologia que demonstram como o uso da tecnologia afeta nossa memória e nossos sistema cognitivo e algumas consequências epistêmicos destes efeitos.

com nosso comportamento *online* e também “*offline*”, já que o *Facebook* é uma companhia que controla não somente a aplicação do *Facebook*, mas outras como *Messenger*, *Instagram* e *Whatsapp*, que são aplicações que rastreiam e coletam dados sobre nosso comportamento, gostos, posições geográficas, interações sociais com outras pessoas, dentre outras coisas.¹⁷ O principal objetivo de empresas como *Google* e *Facebook* é manter-nos dentro de suas próprias bolhas (inclusive porque elas são companhias concorrentes e não querem que usemos as aplicações e os serviços de seus concorrentes). E para nos manter dentro de suas próprias bolhas, eles devem nos proporcionar conteúdo que literalmente nos fazem mais felizes e satisfeitos. O filtro-bolha é o resultado deste tipo de algoritmo com esta função. Podemos descrever aqui algumas propriedades dos filtro-bolhas: cada um de nós está isolado dentro de nossa própria bolha (já que são bolhas personalizadas); elas são invisíveis (ou seja, não podemos dizer que tipo de informação eles irão mostrar nem qual tipo de viés informacional está alimentando o algoritmo) e nunca decidimos entrar na bolha (principalmente no mundo de hoje, onde basta usar um telefone celular e já estamos fornecendo informações pessoais sobre nosso comportamento para estes algoritmos e estas companhias. Isso significa, talvez sem muito exagero, que ao usar tecnologias de companhias como *Google* e *Facebook*, nós já estamos nos permitindo ser manipulados por eles, como se fossemos espécies de cérebro em uma cuba.¹⁸

No contexto político, a situação pode ser considerada um pouco pior, já que temos a adição de um novo elemento, além dos filtro-bolhas. Nós temos como parte da arquitetura informacional neste contexto específico o que é conhecido como câmara de eco. Este conceito foi criado com base em como o partido Republicano, nos Estados Unidos, usavam os meios de comunicação para controlar as informações que eram exibidas e assim manipular seus seguidores (JAMIESON e CAPPELLA, 2009, p. 76). E foram tão bem-sucedidos que o partido Democrata decidiu que eles também deveriam construir sua própria câmara de eco para controlar o discurso político nos Estados Unidos.¹⁹ Atualmente, as câmaras de eco são espécies de bolhas informacionais que fazem parte dos grandes filtro-bolhas da Internet. Assim, a grande maioria das informações que as pessoas obtêm quando usam a Internet (no contexto de informação política) são informações que são controladas por grandes corporações dos meios de comunicação (câmaras de

¹⁷ Um dos escândalos mais importantes nos últimos meses envolvendo o *Facebook* foi o de como uma grande companhia de análises de dados, a *Cambridge Analytica*, foi capaz de obter de modo ilegal dados de mais de 50 milhões de pessoas e utilizar estes dados para interferir nas eleições presidenciais dos Estados Unidos de 2016. Para saber mais, ver CADWALLADR e GRAHAM-HARRISON, 2018.

¹⁸ O argumento do cérebro na cuba é um experimento mental moderno que busca ilustrar a impossibilidade de saber se neste momento, somos ou não um cérebro conectado a um computador recebendo deste computador todos os estímulos que pensamos ser estímulos que recebemos da realidade. Ou seja, é um argumento em favor de um ceticismo global, similar ao argumento Cartesiano do gênio maligno. Para saber mais, ver HICKEY, 2018.

¹⁹ Um memorando enviado pelo coordenador de campanha do Partido dos Democratas dos Estados Unidos contendo toda a sua estratégia de construir e financiar câmaras de eco foi disponibilizado ao público pelo Wikileaks, em 2016. Este memorando pode ser lido em: <<https://wikileaks.org/podesta-emails/fileid/24329/6771>>.

eco) e que são personalizadas por algoritmos de predição altamente especializados.

Dada esta breve apresentação sobre a arquitetura informacional da Internet, o que podemos afirmar sobre o usuário comum que usa a Internet para obter informação política? Creio que podemos afirmar que (1) a maioria das pessoas formam suas crenças apenas lendo as manchetes e títulos de textos e não o seu conteúdo; (2) elas creem sem nem mesmo questionar se a fonte é uma fonte de informação confiável; (3) elas apenas obtêm informação personalizada que as fazem mais felizes (e nesse caso, que satisfazem e confirmam seus sistemas de crenças atuais); e (4) elas também tem suas crenças confirmadas pelas pessoas a sua volta (ou seja, pelas pessoas que elas se comunicam pelas redes sociais, já que os algoritmos decidem com que pessoas elas irão ter mais ou menos interações).

Dado esta arquitetura informacional, o uso da Internet neste contexto nos torna mais intelectualmente viciosos ou virtuosos? Isso pode depender da meta da investigação, e no contexto político, se supõe que a meta da investigação (considerando pessoas honestamente interessadas em política) é obter entendimento, entendimento este sobre políticos, decisões políticas, leis, entre outros, e não apenas conhecer um conjunto de proposições. E ao que parece, nós temos um compromisso moral e prático com esta meta. Porém, a grande maioria das pessoas não tem a mínima ideia de que estão dentro destas bolhas, dentro desta arquitetura informacional construída para nos alimentar de acordo com nossos desejos. E dentro desta arquitetura, nossos traços de caráter intelectuais não parecem ser capazes de promover uma investigação efetiva e responsável, e por isso, não somos liberados de nossos compromissos.

Isso explica porque, em geral nestes ambientes de alta polarização política, acusações aos nossos oponentes de que são irracionais ou ignorantes são acusações um pouco exageradas. Afinal, a maioria das pessoas, não importa o lado político, estão dentro da mesma arquitetura informacional e sujeitos às mesmas manipulações. E estas pessoas acreditam que estão sim atingindo a meta de suas investigações, já que elas creem que estão usando os melhores traços de caráter intelectual (traços de caráter intelectual que funcionam muito bem em outros contextos informacionais) enquanto na realidade, neste contexto, estes traços de caráter não são suficientes para alcançar a meta da investigação. Assim, acredito que neste contexto específico, pessoas de ambos os lados das polarizações políticas sofrem do mesmo problema, já que são vítimas da mesma arquitetura. Portanto, dada esta arquitetura informacional neste contexto, pode-se dizer que as pessoas de ambos os lados das polarizações em geral são intelectualmente viciosas.

3.2 PESQUISA E PRÁTICA MÉDICA

Outro contexto que, creio, sofre do mesmo problema descrito na seção anterior por conta de sua arquitetura informacional é o contexto da pesquisa e prática médica. Usualmente, a prática médica é guiada pelo que se conhece como Medicina Baseada em Evidências (MBE), que é um método de tomadas de decisões que ajudam os doutores a seguir o que se supõe ser as melhores e mais seguras

práticas médicas. O problema neste contexto pode ser descrito da seguinte maneira: A MBE define quais são as melhores evidências que devem guiar a prática médica. Entre as evidências padrão ouro estão os artigos de Meta-Análises e Ensaio Clínico Randomizado (ECR). Existem diversas críticas a MBE²⁰ que, devido ao escopo deste artigo, não serão discutidas, dentre elas, a de que os ECR fazem afirmações causais que não se seguem dos resultados dos próprios estudos clínicos, por exemplo.²¹ Além das críticas, é importante saber que com base nas evidências disponíveis e dada a MBE, são criados para os médicos diretrizes (“guidelines”) descrevendo como eles devem atuar e quais os melhores procedimentos.

O problema é que, em geral, os médicos não acompanham de perto o que há de mais novo na pesquisa médica, e portanto, eles tomam suas decisões basicamente seguindo as diretrizes. E as diretrizes são criadas por um grupo de pessoas que acreditam nas afirmações causais feitas pelos ECR's, afirmações estas que, em geral, não se seguem dos próprios resultados dos ECR's. Já que os médicos muitas poucas vezes questionam as diretrizes (afinal, eles confiam na capacidade dos criadores das diretrizes²²), e dado que eles possuem compromissos práticos e morais quando obtendo novas informações dentro de seus campos de especialização, é possível dizer que eles são intelectualmente viciosos (dada esta descrição do que acontece na prática e pesquisa médica, que aliás, parece ser o que ocorre na maioria das vezes). E isso porque a arquitetura informacional (e também a pressão profissional e social) não permite com que eles alcancem de modo efetivo e responsável a meta da investigação, sendo liberado de todos os seus compromissos com a investigação em questão.

CONCLUSÃO

Neste artigo, procurei apresentar uma forma alternativa de se definir vícios e virtudes intelectuais que, acredito, possa auxiliar numa melhor compreensão de nossa vida intelectual.²³ E a ideia central é definir vícios e virtudes em relação a

²⁰ A MBE vem sofrendo diversas críticas no meio acadêmico. Recentemente, pesquisadores do Centro para Medicina Baseada em Evidências da Universidade de Oxford reconheceram, em um importante manifesto publicado em 2017 (HENEGHAN, 2017) estas críticas e a importância de corrigir os problemas que afetam a pesquisa médica.

²¹ Um exemplo da crítica sobre a limitação dos ECR's na pesquisa médica pode ser encontrado em Cartwright e Munro (2010).

²² Lenzer (2013) descreve em seu artigo que existem muitos médicos que de fato não confiam nas diretrizes, sabendo inclusive que se seguem as diretrizes podem colocar em risco a vida de pacientes. Entretanto, não podem confrontar as mesmas diretrizes, pois confrontá-las coloca em risco toda sua vida profissional e podem inclusive ser censurados e ignorados por completo na prática médica. Então, ao que parece, a situação pode ser um pouco pior do que descrevo, dado que a pressão social obriga os médicos a seguirem as diretrizes, mesmo quando não confiam nas mesmas.

²³ Acredito que a ideia proposta neste artigo apresenta um poder explicativo melhor que teorias como a epistemologia das virtudes confiabilista e a epistemologia das virtudes responsabilistas. Entretanto, não foi meu objetivo neste artigo realizar uma análise comparativa entre as três teorias, mas apenas apresentar argumentos em favor desta forma de se analisar virtudes e vícios em função da meta de uma investigação. Pretendo trabalhar em uma melhor análise comparativa em artigos futuros. Agradeço ao revisor por chamar atenção a esta questão.

meta de uma investigação. É importante perceber que investigações possuem diversas metas possíveis como entendimento, conhecimento, coerência e provavelmente outros (o que digo aqui não exclui que certas investigações tenham como objetivo apenas a crença verdadeira, por exemplo). E sempre que engajamos em uma investigação, estamos assumindo certos compromissos nesta nossa prática direcionada a uma meta e que a arquitetura informacional em que nos encontramos tem uma influência relevante no resultado do uso de nossos traços de caráter intelectual. Assim, com isso em mente, é possível propor soluções que vão desde a sugestão em alterar o desenho da arquitetura informacional em que nos encontramos para que as mesmas proporcionem mais investigações efetivas e responsáveis, como também propor métodos educacionais e estratégias que ajudem as pessoas a compreenderem melhor o contexto informacional em que se encontram para assim superar os desafios criados por arquiteturas desenhadas especificamente para manipular e dificultar nossa vida intelectual.²⁴

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFANO, Mark. *Character as moral fiction*. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BERNECKER, Sven. *Memory: a philosophical study*. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.

CADWALLADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, Emma. Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. *The Guardian*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-us-election>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

CARTWRIGHT, Nancy; MUNRO, Eileen. The limitations of randomized controlled trials predicting effectiveness. *Journal of Evaluation in Clinical Practice*, v. 16, n. 2, p. 260-266, 2010.

CASSAM, Quassim. Vice Epistemology. *The Monist*, v. 99, n. 2, p. 159-180, 2016.

_____. Epistemic vices and conspiracy theories. *Blog of the APA*. Disponível em: <<https://blog.apaonline.org/2018/02/28/epistemic-vices-and-conspiracy-theories/>>. Acesso em: 01 may. 2018.

DANIELS, Norman. Reflective equilibrium, In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Spring 2018 Edition. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/reflective-equilibrium/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

²⁴ Este artigo foi escrito durante o meu estágio de pesquisa de pós-doutorado no *Instituto de Investigaciones Filosóficas* da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) e sua primeira versão foi apresentada no *South California Epistemology Workshop*, na *University of California – Irvine* (UCI). Agradeço às críticas e comentários feitos por Sven Bernecker e Karl Schafer, que me ajudaram a aprimorar este trabalho.

- DEHAVEN-SMITH, Lance. *Conspiracy theory in America*. 1^o ed. Austin: University of Texas Press, 2014.
- DENTITH, Matthew R.X. *The philosophy of conspiracy theories*. New York: Palgrave Mcmillan, 2014.
- DEPAUL, Michael R. *Balance and refinement: beyond coherence methods of moral inquiry*. New York: Routledge, 1993.
- GETTIER, Edmund. Is justified true belief knowledge? *Analysis*, v. 23, n. 6, p. 121-123, 1963.
- GOLDMAN, Alvin. Discrimination and perceptual knowledge. *Journal of Philosophy*, v. 73, n. 20, p. 771-91, 1976.
- GRECO, John. *Achieving knowledge: a virtue-theoretic account of epistemic normativity*. 1^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HENEGHAN, Carl et al. Evidence based medicine manifesto for better healthcare. *BMJ: British Medical Journal*, v. 22, n. 4, p. 120-122, 2017.
- HICKEY, Lance. Brain in a vat argument. In: FIESER, James; DOWDEN, Bradley (eds.). *Internet encyclopedia of philosophy*, 2018. Disponível em: <<https://www.iep.utm.edu/brainvat/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.
- HOOKWAY, Christopher. Cognitive virtues and epistemic evaluations. *International Journal of Philosophical Studies*, v. 2, n. 2, p. 211-27, 1994.
- JAMIESON, Kathleen; CAPPELLA, Joseph. *Echo chamber: Rush Limbaugh and the conservative media establishment*. 1^a ed. New York, NY: Oxford University Press, 2009.
- KELP, Christoph. Two for the knowledge goal of inquiry. *American Philosophical Quarterly*, v. 51, n. 3, p. 227-32, 2014.
- _____. Inquiry and the transmission of knowledge. *Philosophy and Phenomenological Research*, Early Online Publication, p. 1-13, 2018.
- KLEIN, Peter D. Epistemology. In: CRAIG, Edward (ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London: Routledge, 2005. Disponível em: <<http://www.rep.routledge.com/article/P059>>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- LENZER, Jeanne. Why we can't trust clinical guidelines. *BMJ: British Medical Journal*, v. 346, p. 1-5, 2013.
- PARISER, Eli. *The filter bubble: what the internet is hiding from you*. 1^a ed. New York: The Penguin Press, 2011.
- PRITCHARD, Duncan. *Epistemic luck*. 1^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- _____. Knowing the answer, understanding and epistemic value. *Grazer Philosophische Studien*, v. 77, n. 1, p. 325-339, 2008.
- SANTOS, Felipe R. L. Vícios intelectuais e as redes sociais: o acesso constante à informação nos torna intelectualmente viciosos? *Veritas*, v. 62, n. 3, p. 657-682, 2017.

SILVA FILHO, Waldomiro; DAZZANI, Virgínia; SANTOS, Felipe R.L. The problem of epistemic value: from knowledge to understanding. *Knowledge Cultures*, v. 1, n. 6, p. 127-146, 2013.

SOSA, Ernest. *Judgment and agency*. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.

_____ et al. (eds.) *Epistemology - an anthology*. 2º ed. Oxford: Blackwell, 2008.

SUDDUTH, Michael. Defeaters in epistemology. In: FIESER, James; DOWDEN, Bradley (eds.). *Internet encyclopedia of philosophy*, 2018. Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/ep-defea/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

ZAGZEBSKI, Linda. *Virtues of the mind: An inquiry into the nature of virtue and the ethical foundations of knowledge*. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.